

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Fernando Francischini)

Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito convoque o senhor **Adilson Florêncio da Costa** (como testemunha), ex-diretor financeiro do Postalís, para que esclareça a esta Comissão sua condenação pela Câmara de Recursos de Previdência Complementar (CRPC) por má gestão dos recursos dos participantes do fundo, além dos investimentos do Postalís na Universidade Gama Filho.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado, a fim de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os fundos de pensão.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

JUSTIFICAÇÃO

A vinda do senhor Adilson Florêncio da Costa será de fundamental importância para os participantes do Postalís e para esta CPI, na medida em que poderá esclarecer como se deu o investimento do fundo na Universidade Gama Filho, que resultou em enormes prejuízos.

Além disso, poderá esclarecer sua condenação pela Câmara de Recursos de Previdência Complementar (CRPC) por má gestão dos recursos dos participantes do fundo.

Colacionamos, a seguir, matérias publicadas que ilustram toda essa situação:

Câmara de Previdência Complementar condena dirigentes do Postalís a 10 anos de inabilitação

26/06/2015 -

A Câmara de Recursos de Previdência Complementar (CRPC) manteve decisão da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) que responsabilizou o diretor presidente, Alexej Predtechensky, e o diretor financeiro, **Adilson Florencio da Costa**, do fundo de pensão dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Postalís) pela má gestão dos recursos dos participantes.

A CRPC condenou cada um dos acusados a 10 anos de inabilitação e pagamento de multa de R\$ 200 mil – a maior penalidade já aplicada pela Câmara. Foram julgados 12 autos de infração contra o Postalís – nove deles conjuntamente em reunião nesta quarta-feira (24). **A pena de inabilitação significa que não será possível atuar como dirigentes ou gestores de nenhum fundo de pensão pelo período estabelecido.**

O Postalís foi condenado por fazer aplicações (extrapolação do limite em investimentos estruturados) e vender imóveis de forma irregular no período de 2010 a 2012. Para os conselheiros, **“os gestores do fundo não agiram com a prudência necessária”.**

O fundo foi autuado pela Previc, órgão responsável por fiscalizar a atuação dessas instituições, no ano de 2012. A autarquia decidiu, em primeira instância, pela condenação dos dirigentes. Com o pedido de recurso administrativo, por parte do Postalís, o processo foi encaminhado à CRPC em 2014.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

HÁ ANOS, OS FUNDOS DE PENSÃO SABEM QUE ESTÃO SENDO ROUBADOS

Não causa surpresa a notícia de que o doleiro Alberto Youssef operava também dentro dos maiores fundos de pensão do país. Era um segredo de Polichinelo, como se dizia antigamente, todo mundo sabia e o governo e a agência reguladora Previc simplesmente se omitiram.

Para conferir gravidade da situação, vamos republicar uma reportagem de denúncia publicada no site RJ Notícias, em janeiro deste ano, sem que tenha sido tomada a menor providência.

COMPRANDO UNIVERSIDADES...

Funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos se sentem frustrados e roubados ao tomar conhecimento de que novamente o fundo de pensão dos funcionários dos Correios (Postalis) teve parte dos seus recursos investidos na compra fraudulenta de duas instituições sem fins lucrativos, Gama Filho (UGF) e da UniverCidade. O diretor financeiro do Postalis na época era Adilson Florêncio da Costa, indicado para o cargo pelo PMDB.

Menos de dois anos depois da operação, ele integrou a diretoria do Grupo Galileo, que recebeu milhões de reais. Mas esse *escândalo* envolvendo o Postalis é só mais um de uma longa lista de conspirações políticas que usam o fundo para esquemas fraudulentos, como tráfico de influência pelos presidentes do Postalis, que geralmente são eleitos por partidos políticos,

Um dos ex-presidentes do Postalis, Alexej Predtechensky, foi indicado para o cargo pelo ministro Edison Lobão (Minas e Energia). Alexej Predtechensky fez na sua gestão três investimentos milionários em empresas controladas por pessoas que aparecem em uma investigação da Polícia Federal batizada de Operação Faktor (antiga Boi Barrica), e Alexej era formalmente sócio de Marcio Lobão, um dos filhos do ministro, em uma importadora de carros BMW em Brasília.

No total, na gestão de Alexej Predtechensky, foram investidos R\$ 371,9 milhões em três empresas de energia: a Multiner e em outras duas vinculadas a ela — a Raesa (Rio Amazonas Energia) e a New Energy. Os investimentos nas três empresas representaram 50,06% do total destinado pelo fundo ao setor.

Em outra negociata fraudulenta, a administração do Postalis, concentrou cerca de 20% de suas aplicações em Bolsa em papéis das empresas do grupo EBX. O Postalis aplica 7,98% do seu patrimônio em ações, o equivalente a R\$ 613 milhões. E as empresas de Eike Batista respondem por R\$ 127,5 milhões. A administração do Postalis, na época, defendeu sua gestão.

Em nota, disse que a decisão de investir nas empresas do grupo EBX foi de um gestor terceirizado, e não da direção do fundo. “O gestor optou pelo investimento por levar em consideração premissas que indicavam ser aquele um bom investimento à época (setembro de 2011)”, dizia o texto, sem identificar o gestor.

No começo de 2013, 110 mil funcionários dos Correios receberam um informativo que dizia que o contra cheque seria menor que, a partir de abril, um valor médio correspondente a 1,7% do salário seria descontado do pagamento todos os meses, por tempo indeterminado.

Os recursos seriam usados para cobrir o déficit de cerca de 1 bilhão de reais do Postalis, que já havia tido um rombo de 1,4 bilhão de reais anos antes. E ainda há investimentos problemáticos na carteira. Os funcionários podem optar por não pagar o extra, mas apenas por três meses. Se ficarem “inadimplentes” por um período maior, serão excluídos do plano — o que significa que o dinheiro acumulado passará a ser

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

corrigido pela inflação até que possa ser resgatado, no momento da aposentadoria ou da demissão.

Alguns carteiros procuraram o Postalís para entender o que estava ocorrendo, mas o fundo, inicialmente, não deu explicações mais detalhadas. Pressionado pela Associação Nacional dos Participantes do Postalís, que entrou com uma ação na Justiça para ter acesso ao relatório de investimento do fundo, a fundação divulgou alguns dados sobre as aplicações feitas nos últimos dois anos.

A parte mais preocupante do déficit do Postalís é a perda de 698 milhões de reais com investimentos malsucedidos. Os dados mostram que parte desse prejuízo veio de aplicações em títulos de bancos que quebraram e em papéis de empresas com dificuldades financeiras.

Os fundos de pensão costumam manter recursos em caixa para fazer frente a esses imprevistos — e, assim, conseguir pagar as aposentadorias. Mas as regras da Previc, órgão do Ministério da Previdência que fiscaliza esse setor, determinam que, se os fundos fecham dois anos seguidos com déficit, precisam apresentar um plano para resolver o problema antes que o caixa termine. A fundação dos Correios decidiu cobrar as contribuições dos investidores.

O Postalís é o fundo de pensão com maior número de investidores e o décimo quarto maior do país — e, agora, é também o que tem o maior déficit, em relação ao patrimônio, entre as grandes fundações. O déficit representa 13% do volume total sob gestão.

Os funcionários dos Correios criaram um abaixo-assinado pedindo a intervenção do governo no Postalís e o desaparelhamento político das previdências complementares fechadas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2015.

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR